

DANIEL BOFILL VANONI

NULIDADE DE ALGIBEIRA

A BOA-FÉ PROCESSUAL COMO LIMITE À INVALIDAÇÃO DE ATOS
PROCESSUAIS NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

BOOKS BY
AUTHORS 

Livro também disponível na plataforma
www.booksbyauthors.com

Londrina/PR
2021


THOTH
EDITORA

© Direitos de Publicação Editora Thoth. Londrina/PR.
www.editorathoth.com.br
contato@editorathoth.com.br
Diagramação e Capa: Editora Thoth
Revisão: Cláudia Vanessa Bergamini.
Editor chefe: Bruno Fuga
Coordenador de Produção Editorial: Thiago Caversan Antunes
Diretor de Operações de Conteúdo: Arthur Bezerra de Souza Junior

Conselho Editorial

Prof. Me. Anderson de Azevedo • Me. Aniele Pissinati • Dr. Antônio Pereira Gaio Júnior • Me. Alberto Shinji Higa • Prof. Dr. Arthur Bezerra de Souza Junior • Prof. Dr. Bianco Zalmora Garcia • Prof. Dr. Bruno Augusto Sampaio Fuga • Prof. Dr. Clodomiro José Bannwart Junior • Prof. Me. Daniel Colnago Rodrigues • Prof. Dr. Elve Miguel Cenci • Prof. Dr. Fábio Fernandes Neves Benfatti • Prof. Dr. Fábio Ricardo R. Brasilino • Prof. Dr. Flávio Tartuce • Prof. Me. Ivan Martins Tristão • Prof. Dra. Marcia Cristina Xavier de Souza • Prof. Dr. Osmar Vieira da Silva • Esp. Rafaela Ghacham Desiderato • Prof. Dr. Rita de Cássia R. Tarifa Espolador • Prof. Me. Smith Robert Barreni • Prof. Me. Thiago Caversan Antunes • Prof. Me. Thiago Moreira de Souza Sabião • Prof. Dr. Thiago Ribeiro de Carvalho • Prof. Me. Tiago Brene Oliveira • Prof. Dr. Zulmar Fachin

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Vanoni, Daniel Bofill. Nulidade de algibeira: a boa-fé processual como limite à invalidação de atos processuais no Novo Código de Processo Civil / Daniel Bofill Vanoni. – Londrina, PR: Thoth, 2021.
109 p.

Bibliografias: 103 - 109
ISBN 978-65-5959-006-3

1. Processo Civil. 2. Formalismo-valorativo. 3. Nulidades. 4. Nulidade de algibeira.
5. Boa-fé processual.
I. Título.

CDD 341.46

Índices para catálogo sistemático
1. Direito Processual Civil : 341.46

Proibida a reprodução parcial ou total desta obra sem autorização.
Todos os direitos desta edição reservados pela Editora Thoth. A Editora Thoth não se responsabiliza pelas opiniões emitidas nesta obra por seu autor.

SUMÁRIO

SOBRE O AUTOR.....	5
AGRADECIMENTOS.....	9
PREFÁCIO.....	11
INTRODUÇÃO.....	15

CAPÍTULO 1

BREVE NOTÍCIA SOBRE A EVOLUÇÃO DO PROCESSO CIVIL BRASILEIRO.....

1.1 A fase praxista do processo civil brasileiro: das Ordenações Filipinas aos Códigos Processuais Estaduais.....	18
1.1.1 O processo civil no Brasil Colônia.....	19
1.1.2 O Processo Civil no Brasil Império.....	20
1.1.3 O Processo Civil no Brasil na Primeira República e a dualidade processual.....	22
1.2 A fase processualista: do Código de Processo Civil de 1939 ao Código de Processo Civil de 1973.....	27
1.2.1 O Código de Processo Civil de 1939.....	28
1.2.2 O Código de Processo Civil de 1973.....	33
1.3 A fase instrumentalista: do Código de Processo Civil de 1973 às reformas processuais da década de noventa.....	35
1.4 O Formalismo-valorativo: a constitucionalização do direito processual e as reformas processuais.....	37
1.5 O Código de Processo Civil de 2015.....	41

CAPÍTULO 2

Das nulidades no Direito Processual Civil brasileiro.....	45
2.1 Nulidades processuais e plano da existência.....	45
2.2 Da evolução histórica das nulidades na legislação processual civil brasileira.....	48
2.2.1 O Regulamento nº 737/1850.....	48
2.2.2 O Código de Processo Civil de 1939.....	49
2.2.3 O Código de Processo Civil de 1973.....	49

2.2.4 O Código de Processo Civil de 2015	51
2.3 A doutrina brasileira das invalidades processuais	51
2.3.1 Da teoria das nulidades processuais de Galeno Lacerda no Código de Processo Civil de 1939.....	52
2.3.2 Da construção doutrinária no Código de Processo Civil de 1973.....	53
2.3.2.1 A doutrina de Sálvio de Figueiredo Teixeira.....	53
2.3.2.2 A doutrina de Aroldo Plínio Gonçalves.....	56
2.3.2.3 A doutrina de José Maria Rosa Tesheiner.....	57
2.3.2.4 A doutrina de Teresa Arruda Alvim.....	59
2.3.2.5 A doutrina de Antonio do Passo Cabral.....	61
2.4 Da tentativa de sistematização proposta.....	64

CAPÍTULO 3

DA BOA-FÉ PROCESSUAL.....	67
3.1 O princípio da boa-fé objetiva no direito privado e sua expansão para o processo civil.....	67
3.2 Primórdios da boa-fé objetiva no direito processual civil brasileiro	69
3.3 Fundamento constitucional do princípio da boa-fé processual	72
3.4 A boa-fé processual no Código de Processo Civil de 2015.....	74
3.4.1 Da função interpretativa da boa-fé processual.....	75
3.4.2 Da função criadora de deveres anexos	78
3.4.3 Da função de limitação ao exercício de direitos subjetivos	79

CAPÍTULO 4

DOS LIMITES À INVALIDAÇÃO DOS ATOS PROCESSUAIS PELO PRINCÍPIO DA BOA-FÉ PROCESSUAL.....	85
4.1 O Superior Tribunal de Justiça e a ‘nulidade de algibeira’	85
4.2 Limites à invalidação de atos processuais decorrentes da boa-fé processual	89
4.2.1 Da criação de deveres anexos às partes	90
4.2.2 Da limitação ao exercício de direitos subjetivos.....	91
4.3 Da proposta hermenêutica ao art. 278 do Código de Processo Civil a partir do princípio da boa-fé processual	94
4.3.1 Da premissa metodológica	94
4.3.2 Da proposta hermenêutica ao art. 278 do Código de Processo Civil de 2015.....	96

CONCLUSÃO	99
-----------------	----

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	103
---------------------------------	-----